

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

1. SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO

LUIS EDUARDO BRETTAS – Representante Titular

VLADIMIR AVILA – Representante Suplente

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO – Representante Titular

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

VALDIR ARRUDA – Representante Suplente

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PATRICIA MARRA SEPE – Representante Titular

5. ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

MARCO ANTONIO RAMOS DE ALMEIDA – Representante Titular

6. INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL

SIMONE FERREIRA GATTI – Representante Titular

7. INSTITUTO DE ENGENHARIA

RENATO GOMES DOS REIS – Representante Titular

8. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

SUELY MANDELBAUM – Representante Titular

9. SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO - SECOVI

EDUARDO DELLA MANNA – Representante Titular

JULIANA KALLAS NASSIF – Representante Suplente

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

PATRÍCIA SARAN – SP-URBANISMO

KATIA CANOVA – SP-URBANISMO

ENEIDA HECK – SP-URBANISMO

YARA CUNHA COSTA – SP-URBANISMO

REGINALDO J. FAZZION – SMPE - SÉ

LARISSA BUENO MENDONÇA – SP-URBANISMO

PRISCILA GYNGE – SP-URBANISMO

MAX FAGUNDES – SP-OBRA

LUANA M. PEREIRA – SP-URBANISMO

- 1 Às 14h40 do dia 23 de janeiro de 2018, no auditório do 15º andar do Edifício Martinelli
2 – sala 154, o **Sr. Vladimir Ávila** cumprimenta os presentes e inicia a 24ª Reunião
3 Extraordinária da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro e faz verificação
4 de presença. Identificando quórum para continuidade dos trabalhos, abre-se com a
5 leitura da pauta: Expediente - I. Verificação de Presença; II. Leitura e Aprovação das
6 Atas das 145ª Reunião Ordinária e da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão
7 Executiva da Operação Urbana Centro. Ordem do Dia – I. Solicitação de Recursos
8 para parte da Execução da Requalificação dos Calçadões da região da área Central;

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

9 II. Deliberação sobre propostas de adesão, conforme demonstrado na apresentação.
10 **Sr. Marco Antonio Ramos de Almeida** solicita retificação à linha 126, da Ata da 145ª
11 Reunião Ordinária da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, que expõe
12 uma fala de sua própria autoria, pede que seja removido o termo “sugere a instalação
13 de gradil removível”, devido à compreensão equivocada dentro do contexto explanado.
14 **Sr. Vladimir Ávila** toma a palavra e pede aos presentes que se façam demais
15 correções na referida ata. Sem outras solicitações de correção apresentadas, é
16 encaminhada para aprovação do colegiado a referida ata. Por unanimidade, é
17 aprovada a Ata da 145ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da Operação
18 Urbana Centro. Em seguida, o **Sr. Vladimir Ávila** prossegue com o encaminhamento
19 da aprovação da Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva da
20 Operação Urbana Centro, e, não havendo solicitações de modificações dos presentes,
21 é aprovada por unanimidade a referida ata. Em seguida, o **Sr. Vladimir Ávila** passa a
22 ordem do dia: Deliberação da solicitação de recurso para parte de execução da
23 requalificação dos calçadões da região da área central. **Sr. Marco Antonio Ramos de**
24 **Almeida** toma a palavra e alerta para o determinado pelo Parágrafo Único do Item II,
25 do Artigo 12º do Regimento Interno, que estabelece prioridade para análise e
26 deliberação de proposta de participação na Operação Urbana Centro sobre outras
27 propostas e assuntos. **Sr. Eduardo Della Manna** indaga sobre a vigência do
28 regimento para reuniões extraordinárias, uma vez que as reuniões extraordinárias são
29 marcadas com um objetivo específico. **Sr. Marco Antonio Ramos de Almeida** aponta
30 o Regimento Interno não faz distinção entre reuniões ordinárias ou extraordinárias e
31 reforça a necessidade de se seguir o Regimento. **Sra. Sueli Mandelbaum**
32 cumprimenta os presentes, e corrobora com o exposto pelo Sr. Marco Antônio,
33 acrescentando que a discussão dos empreendedores da região podem contribuir
34 financeiramente com o projeto de requalificação dos calçadões e que, portanto, devem
35 ser debatidos primeiro, anteriormente a deliberação de envio de recursos financeiros
36 da operação ao referido projeto. Em seguida, o **Sr. Vladimir Ávila** encaminha a
37 votação de inversão de pauta, que é aceita por unanimidade. Em seguida toma a
38 palavra a **Sra. Eneida Heck** que dá início a análise executiva das propostas, citando o
39 embasamento legal. Expõe também a ata do Grupo Técnico de Trabalho - GTT
40 realizada em outubro, que decide pelo encaminhamento da proposta à comissão
41 executiva. Apresenta os dados relativos ao Mosteiro, e seu potencial de transferência
42 de potencial construtivo. Esclarece que o pedinte teve de realizar alterações em
43 função da alteração da norma que regula o procedimento de transferência, esclarece
44 também que há um pedido por uma área adicional, para uso em terreno no
45 Logradouro Ministro Jesuíno Cardoso, em trecho fora da Operação Urbana

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

46 Consorciada Faria Lima. Cita também os parâmetros estabelecidos pela Lei Municipal
47 13.885, e as dimensões do empreendimento, e os parâmetros estabelecidos nas
48 demais leis, como o zoneamento e o plano diretor. Faz um breve resumo das
49 condições do empreendimento, seus dados, localização, inserção no meio urbano,
50 regramentos a que está submetido e os valores financeiros que são incidentes ao
51 empreendimento, conforme demonstrado nos slides e no material encaminhado aos
52 representantes previamente. Solicita então que haja manifestação do colegiado em
53 relação ao fator a ser aplicado ao benefício. **Sra. Sueli Mandelbaum** solicita
54 esclarecimentos em relação às significativas áreas não computáveis. **Sra. Eneida**
55 **Heck** esclarece que os dados são em relação ao processo de licenciamento analisado
56 pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, e que, na iminência
57 de ser encontrado algum dado incipiente, todo o processo terá que ser reapresentado
58 em todos os órgãos competentes para sua análise. **Sr. Vladimir Ávila** esclarece que
59 não é competência do presente conselho analisar os pormenores do projeto, mas
60 salienta que as áreas não computáveis estão descritas em lei, e são áreas como
61 vagas de estacionamento, caixa de água, varandas, dentre outros. **Sra. Eneida Heck**
62 salienta que após a decisão deste colegiado, o expediente será encaminhado para a
63 CTLU, continuando a tramitação do processo. **Sr. Marco Antonio Ramos de Almeida**
64 salienta que o valor será informado pelo empreendedor, e que os últimos casos
65 analisados, foram escolhidos para a transferência o fator de 0,5. **Sr. Eduardo Della**
66 **Manna** também sinaliza que diante solicitações anteriores, também se manifesta
67 favorável ao fator 0,5. **Sr. Vladimir Ávila** toma a palavra e encaminha para
68 deliberação dos Srs. Conselheiros quanto ao fator a ser aplicado referente à
69 transferência do potencial construtivo. **Sra. Simone Gatti** informa que existiu um
70 debate no Instituto dos Arquitetos do Brasil - IABsp que discorreu sobre o tema.
71 Destaca a inexistência de critérios objetivos para a formulação de valores, e que em
72 função disto, o IABsp se abstém de deliberar sobre o assunto. **Sra. Eneida Heck** toma
73 a palavra e destaca que a Resolução 006/2016 dispõe da possibilidade de elaboração
74 de critérios objetivos para a formulação de valores de fatores a serem aplicados. **Sr.**
75 **Marco Antonio Ramos de Almeida** salienta que para este caso específico o valor do
76 fator não gerará nenhum impacto, uma vez que será colocado à venda pelo Mosteiro
77 pelo valor que o próprio julgar adequado. **Sr. Eduardo Della Manna** entende a
78 necessidade de se criar critério objetivo, sugerindo que a reformulação da Lei da
79 Operação Urbana Centro se debruce sobre esta questão. Destaca que o fator 0,5 é
80 utilizado sempre que o projeto for de importância para o centro da cidade, que o fator
81 0,7 é utilizado quando a importância para o centro é menor, e que o fator 1 é usado
82 sempre que o projeto não possui nenhum elemento agregador ao espaço da região do

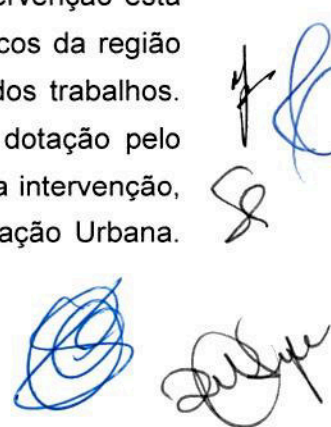
ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018

Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

centro da cidade. **Sra. Sueli Mandelbaum** destaca que a resolução do ano passado foi tomada com base na necessidade de ser regulamentado o restauro dos imóveis tombados do centro, e que se fazia necessária a concorrência da transferência de potencial construtivo como instrumento em relação aos demais. **Sra. Simone Gatti** reforça a necessidade de o assunto ser discutido com mais profundidade em outro momento, e que devem ser criados critérios objetivos. Reitera a abstenção do voto. **Sr. José Armênio Brito da Cruz**, Presidente da São Paulo Urbanismo, toma a palavra e solicita mais esclarecimentos das referidas argumentações dos representantes do SECOVI e da Associação Viva o Centro, em relação aos índices e valores adotados. Entende que atribuir um índice maior garante alcance maior do benefício público, uma vez que os recursos são destinados ao restauro. **Sr. Eduardo Della Manna** esclarece que os valores são objetivados em atrair mais investidores para o centro, de forma benéfica, assim como outros instrumentos que o novo Plano Diretor também apresenta. **Sr. José Armênio Brito da Cruz**, compreende o raciocínio apresentado, porém havia desenvolvido um outro olhar na avaliação. Ressalta que, nos casos de transferência de potencial construtivo, não há entrada de recursos financeiros para o fundo da operação urbana, sendo um ponto de atenção importante a ser observado. **Sr. Eduardo Della Manna** complementa que, durante o prazo de um ano, diante de um enorme esforço, foi concebida a presente normativa. Remete positivamente a criação da norma, considerando que o valor é inferior ao valor relativo à outorga onerosa. Cita ainda em, durante a aprovação da lei da operação em 1997, foi estabelecida uma regra que o valor iria diretamente ao bem tombado e não aos cofres públicos, uma vez que havia a necessidade de apresentar regramento para fomentar o restauro dos imóveis tombados. Ressalta ainda que o centro mudou desde 1997, e que o marco regulatório merece ser atualizado. **Sra. Eneida Heck** complementa que o Mosteiro já possui uma certidão de conservação, e que esse valor tem o caráter de ressarcimento de um valor já utilizado, e que para os próximos sejam estabelecidos e conhecidos os valores para restauro. **Sr. Vladimir Ávila** toma a palavra e encaminha para deliberação do índice para o fator do presente debate. Com a aprovação dos representantes da São Paulo Urbanismo, Secretaria Municipal da Habitação, Secretaria Municipal de Cultura, Associação Viva o Centro, Instituto de Engenharia, Movimento Defesa São Paulo e SECOVI, é aprovada a adoção do fator de conversão 0,5 com valor de referência de R\$ 3.946.985,18 (três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos). Registrado também a abstenção do voto pela representação do IABsp. Passa-se ao próximo requerente da pauta. **Sra. Eneida Heck** toma a palavra e informa sobre a requisição do proponente NAZ Empreendimentos Imobiliários, que dispõe sobre a proposta de regularização de

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

imóvel nos termos do inciso 3º do artigo 4º da presente lei. Considerando o
comunique-se enviado, e a resposta relacionada, que confirma a existência da reforma
anterior à lei da operação. Em relação à documentação comprobatória, é apresentada
uma foto do ano de 1996, que comprava a ocupação da área, portanto apta à
regularização. Apresenta também nos slides, a localização do imóvel, situando-o com
o entorno. Informa também o valor apresentado por metro quadrado, da ordem de sete
mil reais. Considerando especificamente o artigo 10 da lei vigente, informa aos
presentes que não há desconto financeiro, e que o pagamento relativo deverá ser
realizado a vista. **Sra. Cristiane Dutra Nascimento** questiona o cálculo apresentado
nos slides, por conta de diferença identificada. **Sra. Eneida Heck** esclarece que a
diferença se encontra no item demolição, que se considerado, faz o cálculo apresentar
o número anteriormente mencionado. **Sr. Vladimir Ávila** toma a palavra e informa que
a proposta do GTT é de se usar fator 1 para o cálculo da contrapartida. Proposta
encaminhada para deliberação, é aprovado o uso do fator 1 (um) por unanimidade dos
presentes, sendo São Paulo Urbanismo, Secretaria Municipal da Habitação, Secretaria
Municipal de Cultura, Associação Viva o Centro, Instituto de Engenharia, Movimento
Defenda São Paulo, SECOVI e pela Secretaria Municipal de Urbanismo e
Licenciamento, agora presente à reunião. O valor da contrapartida fica estabelecido
em R\$ 1.395.918,17 (um milhão trezentos e noventa e cinco mil novecentos e dezoito
reais e dezessete centavos). **Sr. Marco Antonio Ramos de Almeida** questiona sobre
qual esfera o presente processo continuará, e quais são os prazos para os
pagamentos serem efetivados. **Sr. Vladimir Ávila** informa que o processo agora será
enviado para a Câmara Técnica de Legislação Urbanística, e, publicada a aprovação,
o requerente terá o prazo de dez dias para efetuar o pagamento. **Sr. Eduardo Della
Manna** considera extremamente importante a regularização, pois apenas através dela
será possível realizar retrofit de edifícios ou mesmo poder ter sua atividade legalmente
licenciada. **Sr. Vladimir Ávila** prossegue com a ordem do dia, que abordará a
Solicitação de Recursos para parte da Execução da Requalificação dos Calçadões da
Região da Área Central. **Sr. José Armênio Brito da Cruz** informa que ficou a cargo
da São Paulo Urbanismo, a pedido da Prefeitura Municipal de São Paulo, o
desenvolvimento do projeto básico de intervenção na reconstrução do pavimento do
calçadão na região central. Informa ainda que para a realização da intervenção está
sendo buscada parceria privada com a bolsa de valores e com os bancos da região
central, afim de que sejam efetuadas doações para execução parcial dos trabalhos.
Destaca também que o financiamento público recorre a liberação de dotação pelo
FUNDURB, que deverá contribuir com a maior parte do valor referente a intervenção,
além da possível complementação com recursos do fundo desta Operação Urbana.



ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018

Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

157 Informa que o referido projeto já foi apresentado e aprovado no CONPRESP; também
158 já foi apresentado no CONDEPHAAT, aguardando aprovação. Informa que já ouviu
159 também uma reunião com o GTT da Operação Urbana Centro a cerca da intervenção,
160 tal qual é exigido pela regulamentação de funcionamento da Operação Urbana.
161 Informa também que o projeto abarca sessenta mil metros quadrados de
162 pavimentação de calçamento, em regiões do centro antigo e do centro novo. Inicia então
163 a apresentação dos slides percorrendo sobre os elementos e características do
164 projeto. Ressalta que as redes de infraestrutura é um grande desafio da cidade, uma
165 vez que os calçadões foram construídos há quarenta anos, e que com o passar dos
166 anos, o volume de instalações e ampliações foi enorme. Informa também que,
167 infelizmente, as concessionárias de serviço não efetuam a recomposição do
168 pavimento na qualidade devida, e que essa ação gera uma grande imperfeição no
169 pavimento, resultando em um pavimento cheio de buracos e desníveis, e que segundo
170 dados do IPEA, ocorrem nove quedas diárias de pedestres para cada mil habitantes.
171 Salienta também que a região é extremamente movimentada, e que segundo dados
172 levantados, são cerca de quase quarenta mil pessoas por dia que caminham apenas
173 no trecho do calçamento da Rua São Bento. Considerando toda essa importância, todo
174 esse uso e todos esses desafios, informa que foi uma decisão do Prefeito enfrentar a
175 questão da qualidade do pavimento na região. Considera ainda um agravante de
176 importância, a questão da circulação de pessoas em cadeira de rodas, bem como
177 pessoas que fazem uso de carrinhos. Também cita o componente “gestão”, elemento
178 de grande importância para que o projeto como um todo funcione. Discorre também
179 sobre diversas experiências internacionais em solução de pavimento compartilhado,
180 de uma maneira contributiva ao projeto. Discorre ainda sobre outros elementos
181 técnicos do projeto, como cadastros, microdrenagem, logística de implantação e
182 soluções propostas. Por último, cita que a São Paulo Urbanismo disponibiliza a loja 11,
183 localizada no Edifício Martinelli, na Av. São João, para que possa ser utilizada como
184 apoio a comunicação e estruturação do projeto pretendido. **Sr. Luis Eduardo Surian**
185 **Brettas** toma a palavra e inicia sua exposição explicando que todo o perímetro de
186 intervenção está contido dentro de áreas envoltórias de bens tombados, resultando na
187 necessidade da apresentação de um projeto com elevado grau de simplicidade e
188 também de qualidade, gerando uma solução adequada que compreende o uso do
189 concreto usinado, que por sua vez, devido ao processo industrial facilmente replicável,
190 contribui para a fácil reposição em caso de necessidade. Destaca também que o fator
191 de facilidade de reposição é extremamente importante, considerando que existe
192 grande necessidade de novas instalações em caso de *retrofit* ou troca de uso nos
193 edifícios pré-existentes na região central. Informa ainda que o projeto é caracterizado

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018

Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

pela existência de duas cores, em tons de cinza, permitindo que durante uma provável
recolocação de piso em caso de reforma, essa substituição não fique evidente no
pavimento, minimizando a existência de diferenças no pavimento, vulgo “cicatriz”.
Informa ainda que existe, no âmbito do projeto, uma padronização do pavimento, em
módulos de 18 metros, numa compatibilidade do tipo de trabalho a ser executado e um
caminhão betoneira. No que diz respeito aos lojistas, destaca que a obra irá acontecer
segmentadamente, de forma a permitir a entrada de pessoas e cargas nas lojas, não
comprometendo o uso efetivo da rua: a obra irá começar pela parte central, que abriga
a drenagem e, posteriormente, caminhará para as laterais. Destaca também que há
um contato com as concessionárias de serviços, sobretudo de telefonia, que facilitará
o mapeamento e reinstalação da rede. Destaca ainda que em relação às instalações
de energia elétrica, gás e esgotos, não será necessário o remanejamento da rede,
uma vez que, a profundidade que elas ocupam, são compatíveis com a obra proposta.
Alega ainda que as redes de telefonia serão organizadas em canais tronco,
responsáveis pela passagem organizada dos elementos necessários ao serviço, de
forma a casar com a modulação proposta no projeto. Explica também que em relação
às praças os desenhos das modulações são diferentes, adaptados aos espaços.
Informa também que o desenho de pavimento proposto irá propiciar uma menor
intervenção estética, totalmente compatível com a existência dos bens tombados.
Destaca ainda que é importante a instalação antecipada dos coletores tronco para a
rede de telefonia, pois a partir deles será possível realizar a instalação dos ramais que
cada lote irá demandar. Destaca ainda que, no âmbito do projeto do desenho dos
passeios, determinados eixos possuem destaque, como é o caso do eixo da Rua São
Bento, que possui larga importância histórica, para além da função de circulação de
pedestres. Informa também que o projeto está submetido aos órgãos de preservação
histórica, e que o projeto já se encontra aprovado pelo Conselho Municipal de
Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo -
CONPRESP e agora se encontra submetido ao Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT.
Em relação à infraestrutura, destaca que a microdrenagem será realizada através de
captações em uma ou duas linhas, conforme as características de cada via, ideia
também aplicada as linhas tronco de dados e telefonia, realizado em uma ou duas
linhas conforme as características da referida via. Ressalta também que esse conjunto
de opções e decisões preza sempre o mínimo de impacto na paisagem da cidade e da
região, de forma a oferecer ao cidadão um piso completamente novo e requalificado,
entregando a cidade, novamente, um piso pedestrianizado com exímia qualidade, que
possa receber livremente sobrecargas, bens e mercadorias. **Sr. José Armênio Brito**

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

231 **da Cruz** complementa dizendo que, apesar da São Paulo Urbanismo desenvolver o
232 projeto, esse projeto integra não apenas a São Paulo Urbanismo, mas sim as mais
233 diversas repartições da prefeitura durante todo o processo. Destaca que há uma
234 relação bastante próxima com a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, com a
235 Secretaria das Prefeituras Regionais, com a Prefeitura Regional da Sé, também
236 enfocando a presença do Instituto de Engenharia, que especificamente têm
237 contribuído para as avaliações técnicas dos elementos do pavimento, com a
238 Associação Viva o Centro que bastante se preocupa com a gestão posterior do
239 cuidado com o pavimento. Enaltece ainda a importância desta maneira de condução, o
240 mais transparente e aberta o possível, e também da forma de concepção e gestão,
241 que vêm sendo realizada da forma mais integrada possível. Destaca ainda que, em
242 reuniões com o Prefeito Municipal de São Paulo, houve uma grande mobilização para
243 que recursos privados pudessem ser acionados, de forma a complementar o
244 investimento público, uma vez que é inegável a importância do espaço em questão
245 para a capital paulista. **Sra. Sueli Mandelbaum** apresenta alguns questionamentos,
246 quanto à importância da acessibilidade para que haja moradores na região onde os
247 calçadões estão instalados. Fala sobre a grande proporção em dimensão do calçadão,
248 que para se acessar devem-se andar longos trechos, diferentemente de outras
249 situações urbanas no mundo, onde os calçadões são rapidamente acessados por vias
250 com automóveis, táxis e ônibus. Destaca ainda que é muito positiva a adoção de
251 medidas que facilitem e priorizem a locomoção de pessoas em cadeiras de rodas e
252 com carrinhos. Indaga ainda sobre qual seria a espessura que este piso teria, para
253 que seja bem compreendida sua resistência e demais funções. **Sr. Luis Eduardo**
254 **Surian Brettas** explica que o projeto ainda encontra-se em fase de detalhamento
255 técnico de alguns elementos, e que o pavimento está sendo projetado em concreto
256 usinado e armado, que até o presente momento, está sendo indicado com uma
257 espessura mínima de 12 centímetros, e, que para além da espessura do pavimento,
258 está sendo projetados também os elementos da base e da sub-base, que garantirão
259 uma maior resistência do pavimento nas mais diversas situações. Em relação à
260 circulação de veículos, esclarece que não é escopo do projeto modificar as questões
261 de circulação de veículos na região central, sendo estas competências são relativas à
262 Companhia de Engenharia de Tráfego - CET e da Secretaria Municipal dos
263 Transportes - SMT, que por sua vez, estão analisando as questões de circulação de
264 determinados tipos de veículos, em determinados horários locais. Esclarece também
265 que a entrada de veículos deve ser mais bem analisada, de forma a permitir a entrada
266 de veículos autorizados de uma forma automática, sem a necessidade de um
267 operador. Expõe ainda que não existe divisão física entre a área pressupostamente

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

determinada a veículos como leito carroçável e área para pedestres, que tudo esta junto, uma vez que a via é de circulação exclusiva de pedestres, com exceção de alguns veículos, mas que, o pavimento como um todo poderá receber a carga de veículos em qualquer de suas regiões, compreendendo a necessidade de circulação e parada de diversos veículos pesados, como caminhões de serviço e carros fortes. **Sr. Eduardo Della Manna** apresenta seus apontamentos e analisa que um dos piores inimigos da pavimentação dos calçadões são os trabalhos mal realizados pelas concessionárias de serviço e o intenso tráfego de veículos pesados, em especial dos carros fortes. Ressalta que nos planos apresentados pela prefeitura inexistem especificações para diminuir o impacto dos problemas especificados, e que tal descuido poderá fadar toda a reestruturação dos calçadões ao fracasso. Analisa também que da primeira fase, onde haverá aporte financeiro privado, de bancos e da bolsa de valores, deverá também ser pedido aporte financeiro para a manutenção do pavimento e não somente a sua instalação, uma vez que os próprios carros fortes, a serviço destas instituições, são elementos cruciais no que tange a deterioração dos pavimentos. Questiona também sobre quais foram os elementos que basearam a escolha do trecho inicia – fase I, para a obra. Complementa sua fala comentando sobre a importância do projeto piloto na questão da realização da obra, e cita ainda a má experiência realizada na obra do calçadão da sete de abril e da escolha do piso intertravado. Ressalta ainda que a experiência na cidade com bloco intertravado é muito ruim, ou mesmo desastrosa. Questiona se esta nova proposta será enquadrada como experiência piloto ou não, e caso seja considerada uma opção ruim, que outras opções estão disponíveis. Indaga também sobre a falta de consideração no projeto com o eixo histórico do centro novo centro velho, elemento que compõe a história da cidade, representado pelo Viaduto do Chá e adjacências. Por último, questiona sobre quais serão os percentuais de participação dos respectivos fundos de financiamento diante o faseamento proposto, e, especificamente, pormenorizar qual será o investimento a ser realizado pelo fundo da operação urbana. Encerra sua fala enaltecendo seu apoio a intervenção para melhoria do pavimento dos calçadões. **Sr. José Armênio Brito da Cruz** explica que a obra é faseada em duas etapas, ainda que seja o mesmo projeto, sendo a primeira realizada com recursos privados, que conta com um regramento específico para as questões financeiras e a segunda realizada com recursos públicos. Ressalta também que para a etapa pública, é necessário um prazo estimado de seis meses, para a realização da abertura de licitação. Considera ainda que, dentro do regime público de contratação, haverá uma relação específica com as concessionárias de serviço, afim de que se atinja o nível de informação e objetivos propostos. Com relação ao exposto sobre os inimigos do calçamento, explica

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018

Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

que a circulação de veículos e os maus trabalhos realizados pelas concessionárias são sim os maiores entraves para uma boa qualidade do pavimento, e que a circulação de veículos pesados gera ondulações no pavimento, uma vez que o modelo atual não contemplou e dimensionou esse tipo de carga. Complementa ainda que o piso proposto é totalmente apropriado para a circulação desses veículos pesados, de forma a considerar praticamente nula a interferência da circulação destes veículos na qualidade do pavimento. Sobre as concessionárias de serviço, esclarece que a adoção do sistema de coletores tronco para a passagem de cabeamentos, irá contribuir para minimizar o impacto dos serviços de manutenção na pavimentação. Esclarece também que o sistema de pavimentação define panos de cobertura maiores ou menores, prevendo a interferência para manutenção e a facilidade de recomposição, sendo esta composição ditada pela passagem de rede e nos acessos aos lotes, trazendo consigo a eventualidade da necessária manutenção. Destaca também que a rede de serviços relacionada às concessionárias da Eletropaulo, Sabesp e Comgás não será afetada, pois sua profundidade é relativamente grande quando relativizada ao projeto. Complementa explicando que as redes de drenagem seguem desenhos que tentam minimizar conflitos, sobretudo com a rede da Eletropaulo, que, corriqueiramente, apresenta grandes estruturas para abrigar transformadores de tensão. Esclarece também que a forma do desenho induz a passagem de veículos, ainda que esporádica, na área central da rua, possibilitando inclusive futuramente, o compartilhamento da via com veículos em caso de necessidade. Informa também que o desenho do piso, associado ao posicionamento da microdrenagem facilitará a demarcação e a disciplina de ocupação das calçadas pelos bares e restaurantes, criando assim um piso harmônico ao uso e uma facilidade maior de fiscalização da ocupação que esses estabelecimentos realizam. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** continua com os esclarecimentos, indicando que, através de publicação de portaria específica, deverá existir uma especificação para o pavimento do calçadão, nos moldes já existentes da Avenida Paulista e outros casos semelhantes. Tal portaria abriga questões muito bem definidas sobre o sistema construtivo e os materiais a serem adotados. Esclarece ainda que, diante as concessionárias de luz, água e gás, a maior parte da dificuldade das instalações se dá na ligação do ramal principal com o consumidor final, ligações entre as caixas de transformação, encontradas a aproximadamente oito metros de profundidade, e a entrada do lote. No caso das empresas de dados e telefonia, esclarece que a infraestrutura será organizada através de caixas pré-moldadas, que facilitaram a localização, manutenção e preservação do pavimento. Informa ainda que o procedimento a ser executado é diferente do procedimento realizado na Rua Sete de Abril, considerando que na Rua Sete de Abril

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

foi um projeto piloto e que havia um orçamento totalmente diferente. Complementa sua explicação relatando que o projeto a ser executado no calçadão é uma requalificação, e não um projeto piloto, de forma a aplicar os conhecimentos adquiridos nas obras da Avenida Paulista, Avenida Faria Lima, dentre outros. Expõe ainda que a questão do calçadão não é fruto de uma ou outra experiência em curtos prazos de tempo, mas uma experiência iniciada com a própria instalação dos calçadões. Ressalta também que a reforma dos calçadões não constitui uma obra viária, ou mesmo um reconstrução do sistema viário, mas sim uma modificação na qualidade da pavimentação. Informa também que a rede de microdrenagem será instalada de modo novo, mas será ligada a atual rede de macrodrenagem. Quanto aos quantitativos de circulação, esclarece que os dados obtidos foram fruto do estudo pelo anel (ruas) Três de Dezembro, Miguel Couto, Libero Badaró. Diz ainda que os apoiadores do projeto estão nestas imediações, e serão imediatamente beneficiados pelo projeto. Esclarece também que em relação ao bloco intertravado não há uma categórica posição contrária, mas que há um consenso de que não se pode haver uma má qualidade de assentamento deste elemento, e que isso sim, faz com que este elemento venha a apresentar problemas no pavimento, destaca ainda que há diversos exemplos no mundo de usos bem avaliados de pavimentos em blocos intertravados, uma vez que seu assentamento foi bem realizado. Continua a sua fala informando que, sobre a questão do eixo de ligação entre o centro novo e centro velho, deverá existir um tratamento específico para esta região, devido a sua complexidade e importância histórica. Informa também que o tratamento de manutenção nestas regiões históricas é diferenciado, justamente por conta dos fatores históricos. Esclarece também que no âmbito da Comissão Permanente de Calçadas - CPC é criada uma categorização das calçadas, em três níveis, que classifica a calçada em geral, a calçada em projeto piloto e no terceiro caso, a calçada em locais históricos, que deverão ser projetos autônomos. **Sra. Simone Gatti** destaca a importância deste projeto no âmbito do município, expressa sua tristeza na desvalorização do uso do mosaico português – que foi tecnicamente implantado de forma diferente das calçadas de Portugal, e elenca duas questões a serem abordadas: primeiro se o projeto apresenta uma possibilidade de expansão das redes de infraestrutura, destaca o exemplo do projeto do escritório Viglieca para a Rua Oscar Freire, que previa a instalação das subestações de energia no subsolo; e segundo, se o projeto contempla áreas ajardinadas ou mesmo áreas de permeabilidade. Pede também que seja pleiteado mais recursos para as obras tanto da fase 1 quando da fase 2, junto aos bancos. **Sr. Luis Eduardo Surian Bretas** esclarece que em relação às concessionárias, destaca-se a empresa Eletropaulo, pela grande qualidade nos mapas das redes subterrâneas, apresentado inclusive a



expectativa em relação ao consumo futuro da demanda elétrica da região. Informa também que em relação à demanda e oferta, a rede elétrica está totalmente compatibilizada, e que pelos próximos 30 anos não há expectativa de investimento na área central por parte da concessionária. Informa ainda que em relação à Comgás, ocorre no momento a instalação de diversas válvulas de rebaixamento de pressão em toda a rede. Salienta que essas instalações não rasgam o piso, são pontuais e localizadas. **Sra. Simone Gatti** questiona sobre a manutenção no piso em relação às concessionárias de internet e telefonia. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** esclarece que essas concessionárias se utilizarão dos coletores tronco, os chamados "backbones", que minimizam sua intervenção, uma vez que não há a necessidade da abertura de valas, apenas uma pequena abertura, nos locais previstos do piso, para a interação da rede com o consumidor final. Em relação às áreas de permeabilidade, informa que não há percolação no centro histórico, isto é, mesmo com a ausência de piso instalado, não há relevância de volume de água que permeia o solo, devido a fatores geológicos da região. Considerando as características geomorfológicas da região, considera ainda que uma das poucas soluções existentes, na escala da microdrenagem, é a instalação de colchões plásticos, que retêm de forma considerável, um volume de água em um espaço pré-determinado. Esclarece ainda que esta solução e esta questão não é escopo da presente intervenção. **Sra. Simone Gatti** pergunta sobre a formação de ilhas de calor e sobre propostas para melhorar o microclima na região central. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** esclarece que o referido projeto aplica-se apenas a questão do piso, não estendendo o debate para tais questões. Informa também que o mobiliário urbano antes existente deixou de existir por falta de manutenção e pelo incremento do volume de pedestres nas regiões dos calçadões. Apresenta ainda uma experiência realizada no centro novo, que contou com a instalação de verde através da alocação de vasos e mobiliário urbano, mas que essa medida não foi efetiva, uma vez que os vasos apenas passaram a servir como suporte a instalação de comércio ambulante. Quanto ao projeto, esclarece que os trabalhos estão alcançando o nível básico para toda a intervenção, de forma a aumentar continuamente o detalhamento do projeto e diminuir as prováveis dúvidas. **Sr. José Armênio Brito da Cruz** esclarece que a segunda fase da intervenção, que contará com recursos públicos, previu o uso de vinte milhões de reais do FUNDURB e de seis milhões de reais da Operação Urbana. Esclarece também que para a primeira fase, foi previsto uma doação de recursos da ordem de seis milhões da iniciativa privada. Ressalta ainda que não há contrapartida por parte do poder público à doação da iniciativa privada. Informa que junto à intervenção será fornecido um manual de uso, que detalhará como deverá ser o comportamento de quem usa o calçadão - como

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

416 as empresas de telefonia, e de quem é frente ao calçadão - como lojistas, que
417 necessitam adequar suas entradas para acessibilidade. **Sr. Renato Gomes dos Reis**
418 reforça que o Instituto de Engenharia apoia a proposta de intervenção. Esclarece que
419 hoje já existe um manual de intervenção pública nas vias, mas que é desconsiderado
420 pelas empresas. Propõe que haja algum incentivo para que as empresas se esforcem
421 em cumprir com qualidade as instruções indicadas pelo poder público. Propõe também
422 que sejam debatidas e analisadas questões técnicas do projeto e de construção da
423 intervenção. Destaca também a existência de fatores aleatórios numa obra, que
424 podem resultar em atrasos ou em aumento de aporte financeiro, e levanta a questão
425 da necessidade de ser previsto que a obra, na etapa de aporte da iniciativa privada,
426 poderá sofrer sensível aumento de aporte financeiro, e ressalta ainda sobre essa
427 questão, a indagação de quem irá complementar os recursos em caso de
428 necessidade. Destaca ainda a necessidade de ser pensado o destino dos atuais
429 materiais do calçadão, sobretudo aos granitos e as pedras portuguesas, sugerindo
430 utilizá-las como agregado ao concreto. Aponta também na possível interferência do
431 tamanho da placa, no orçamento da obra; entende ser importante identificar as obras
432 previstas a curto e médio prazo das concessionárias. Também fala sobre o trânsito de
433 pessoas com deficiência visual, uma vez que não há diferença nos níveis dos
434 pavimentos. **Sr. José Armênio Brito da Cruz** informa que se estuda o uso do granito
435 como componente nos elementos construtivos da intervenção, e também quanto à
436 reutilização das pedras portuguesas, incluindo sua logística e resultado final. Destaca
437 também que toda e qualquer forma de benefício tributário deverá ser analisada por
438 parte da Secretaria da Fazenda. Em relação a provável necessidade de aporte
439 financeiro extraordinário por parte da iniciativa privada, destaca que essa previsão é
440 muito difícil de ser realizada. Informa que, na iminência dessa carência financeira, ela
441 deverá ser complementada pelo poder público. Salaria também que as medidas em
442 relação ao deficiente visual mudaram com o passar dos anos, e que hoje está bem
443 mais simplificada, sendo efetuado por uma pequena linha guia, solução discutida
444 inclusive pela Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA. **Sr. Valdir Arruda**
445 esclarece que, do ponto de vista do patrimônio, não há qualquer oposição, uma vez
446 que o pavimento do centro, os calçadões, não são tombados. Salaria que existem
447 diversos edifícios tombados, bem como logradouros específicos, e estes sim, possuem
448 recomendações para a intervenção na Manifestação do CONPRESP, publicada no
449 Diário Oficial da Cidade em 24 de janeiro de 2018. Ressalta que no Departamento do
450 Patrimônio Histórico – DPH, apresentando inclusive diretrizes específicas para sua
451 realização. Informa que a análise se deu apenas para a primeira fase da intervenção.
452 Faz a leitura da manifestação, em especial às diretrizes, à saber: 1. O detalhamento

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018

Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

das próximas etapas do projeto deve considerar desenhos específicos, incluindo
manter testemunhos do piso existem (ou o piso em sua integralidade) nos seguintes
loais: Praça do Patriarca, Praça Ramos de Azevedo, Praça da Sé, Viaduto do Chá,
Largo São Francisco (lateral da Faculdade de Direito e igrejas) Largo da Memória,
Praça Dom José Gaspar e entornos da biblioteca Mário de Andrade e do Teatro
Municipal; 2. Após a implantação da primeira fase do projeto, avaliar junto aos órgãos
envolvidos, o resultado final e eventuais adaptações na concepção do projeto e em
sua execução. Ressalta também que a análise do CONPRESP se deu apenas sobre a
primeira fase da intervenção, observando que a solicitação de recursos do fundo da
Operação Urbana se dá para a segunda fase de implantação. **Sr. Luis Eduardo
Surian Brettas** reconhece o faseamento apresentado, porém entende que a análise
da obra acontece durante sua execução, sendo que a melhoria das soluções técnicas
é desenvolvida durante a obra. Esclarece que as áreas citadas, de importância
histórica, não são alvo de projeto neste momento, mas certamente deverão contar
com um tratamento especial, a ser ainda desenvolvido e submetido aos órgãos de
patrimônio competentes. Ressalta ainda que uma parcela significativa dos projetos da
área central tiveram sua origem na própria São Paulo Urbanismo, antiga EMURB.
Quanto ao uso da pedra portuguesa e do granito, destaca a importância de se dar uma
adequada destinação, mas informa que o uso contínuo no projeto de intervenção pode
ficar comprometido no momento em que tiver de ser aplicada a técnica em uma
localidade que não apresente esses produtos previamente. **Sr. Eduardo Della Manna**
entende que a proposta apresentada pelo representante do Instituto de Engenharia é
muito interessante, e salienta a necessidade de incentivos fiscais, a necessidade do
desenvolvimento do manual de operação do calçadão e a importância de se pensar
em inovação dos mecanismos e das ações. Quanto à liberação de recursos da
operação urbana, destaca que devido a questões de comprometimento, propõe que
não sejam direcionados aportes financeiros com valores superiores a 25% do
montante que a operação dispõe. Destaca também a necessidade de ser realizado um
posicionamento da presente comissão ao pedido da prefeitura em caráter imediato,
sem esperar a confecção do projeto básico. **Sr. Marco Antonio Ramos de Almeida**
destaca que apenas em projetos e levantamentos, a operação já desembolsou dois
milhões de reais para a intervenção do Vale do Anhangabaú. Aventa também a
possibilidade de ser realizada nova reunião extraordinária afim de que seja continuado
o presente tema, compreendendo sua extensão e complexidade. Ressalta ainda que
hoje o calçadão hoje é muito mal operado, e que este conjunto de condutas deve ser
aplicado em paralelo ao desenvolvimento da intervenção. Destaca também a
necessidade da compreensão dos espaços, da clara definição do que pode e onde

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

pode. Esclarece ainda que o projeto de intervenção no calçadão pode se mostrar muito mais complexo do que a obra realizada na Rua Sete de Abril. Discorre ainda sobre as dificuldades encontradas no projeto para a Rua Sete de Abril e as potencialidades a serem realizadas no projeto de intervenção dos calçadões da área central. Sugere ainda que seja analisada a experiência na Rua Sete de Abril para que se possa retirar as boas e as más experiências desta intervenção. Ressalta a necessidade da temática ser debatida ao limite. Considera também a necessidade de ser levado em consideração seminários, debates e outras contribuições já realizadas pelas mais diversas entidades. **Sra. Simone Gatti** entende ser preliminar a aprovação imediata de recursos neste momento, sugerindo a realização de outra reunião após cerca de dois meses do início das obras a fim de analisar e avaliar os resultados do andamento dos trabalhos. **Sr. José Armênio Brito da Cruz** esclarece que a pretensão é de requisitar ao fundo da operação urbana recursos da ordem de 20% do total necessário a intervenção, com valor aproximado de seis milhões de reais, considerando ainda que a operação urbana também terá de desembolsar recursos adicionais a intervenção da obra de HIS na Rua Sete de Abril e na obra da Praça das Artes. Salaria ainda a importância da sinalização da disponibilização dos recursos, considerando a importância da intervenção a ser realizada. Esclarece ainda que a São Paulo Urbanismo possui um dos mais qualificados corpos técnicos disponíveis para a realização da intervenção e que, sem sombra de dúvida, o projeto a ser concretizado será do mais alto nível de qualidade. Esclarece ainda a importância de ser esclarecer as competências de cada entidade, órgão ou conselho, no âmbito da intervenção. Informa também que a perspectiva para licitar a obra será entre os meses junho ou julho do presente ano. Informa também que já se iniciaram os trabalhos em relação à confecção do termo de referência, que irá nortear o trabalho de licitação. **Sra. Cristiane Dutra do Nascimento** esclarece que há, por parte dos conselheiros, grande reconhecimento da importância da intervenção. Informa também sobre o apoio a ser dado pelo Instituto de Engenharia, sobretudo nas atribuições e descrições técnicas dos componentes a serem utilizados. Expõe sua preocupação na quantificação dos valores a serem destinados a intervenção das HIS na Rua Sete de Abril, considerando a defasagem de valores em relação aos três ou quatro anos já passados. Cita também o caixa da operação urbana, considerando as prováveis entradas e as necessárias saídas, pedindo que se tenha cuidado na correta formatação do processo de gestão, para que os fundos sejam suficientes e fiquem dentro do previsto. Informa ainda sua preocupação em relação ao FUNDURB e a sua real participação, considerando um impacto negativo na arrecadação do fundo devido a questões de mercado. Sugere que se no presente dia tenha-se que aprovar a liberação de recursos para a intervenção

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018

Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

527 nos calçadões, que se faça condicionalmente, de forma a garantir prioritariamente,
528 recursos para as obras de HIS da Rua Sete de Abril. **Sr. José Armênio Brito da Cruz**
529 informa que os recursos para habitação social representam um percentual firmado por
530 lei do FUNDURB, 30%, e que esta verba não poder ser alocada em outra peça de
531 dotação. Quanto aos calçadões, o recurso do FUNDURB será locado de outra parcela,
532 conforme os trâmites e necessidades legais. **Sr. Marco Antonio Ramos de Almeida**
533 coloca que não há sombra de dúvida quanto à capacidade técnica dos funcionários da
534 prefeitura, da São Paulo Urbanismo e da São Paulo Obras. Considera também como
535 necessária a participação social, de forma a ser construída na região central uma obra
536 com grande qualidade, que comporte os mais de dois milhões de pedestres que
537 diariamente passam na região central. Ressalta o apoio da organização Viva o Centro
538 para a melhoria do Centro e requalificação dos calçadões. Informa ainda a
539 necessidade da criação de um canal para a publicação das informações em relação à
540 requalificação dos calçadões, de forma a cativar a iniciativa privada buscando mais
541 parcerias e recursos financeiros. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** apresenta
542 entendimento de que, na presente reunião, não será deliberada as questões
543 inicialmente propostas e que a temática da intervenção nos calçadões será continuada
544 na próxima reunião. Informa também que enquanto todas as decisões não forem
545 tomadas, o processo licitatório não terá início. Considerando ainda uma série de
546 experiências ocorridas na intervenção da Rua Sete de Abril, sugere que se faça uma
547 reunião extraordinária sobre o tema, de modo a se concentrar sobre a experiência
548 colhendo suas boas e más experiências. **Sr. Eduardo Della Manna** salienta a pré
549 disposição de todos os presentes em relação a necessidade da intervenção nos
550 calçadões, e, considerando a complexidade da temática, coloca a entidade que
551 representa, o SECOVI, a inteira disposição para a realização de todo e qualquer
552 debate que se faça necessário, na quantidade de vezes que for preciso. **Sr. José**
553 **Armênio Brito da Cruz** reforça a necessidade da obra para a região central, os
554 prazos estipulados e a necessidade do aporte financeiro da Operação Urbana Centro.
555 Concorde com os presentes e encaminha que se faça uma reunião específica para ser
556 abordada a questão da intervenção da Rua Sete de Abril e, considerando esta
557 atividade, que se tenha um balanço das práticas lá realizadas, para que os trabalhos
558 de requalificação do calçadão sejam melhores, de forma a sempre se buscar uma
559 melhoria contínua das intervenções e obras públicas. Os presentes concordam com a
560 iniciativa de se marcar uma análise referente à Rua Sete de Abril, mas manifestam a
561 preocupação quanto à programação, considerando a agenda de todos e da própria
562 agenda das reuniões já programadas do conselho da Operação Urbana Centro.
563 Complementa e pede para que seja marcada ainda no mês de fevereiro a respectiva

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

564 reunião técnica de análise. Não havendo mais nada a ser tratado, encerra-se a
565 presente reunião às 18h.

SÃO PAULO URBANISMO

LUIS EDUARDO S. BRETAS
Representante Titular

VLADIMIR ÁVILA
Representante Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PATRÍCIA MARIA SEPE
Representante Titular

AUSENTE
EVELYN CALISTRO
Representante Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

LIA MAYUMI
Representante Titular

VALDIR ARRUDA
Representante Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO
Representante Titular

AUSENTE
SINÉSIO APARECIDO DA SILVA
Representante Suplente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

AUSENTE
PAULO FRANGE
Representante Titular

AUSENTE
JULIANA CARDOSO
Representante Suplente

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018

Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

AUSENTE

LARISSA GARCIA CAMPAGNER

Representante Titular

AUSENTE

MARCELO FLORA STOCKLER

Representante Suplente

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - FEBRABAN

AUSENTE

CELSO OXANDO

Representante Titular

AUSENTE

LARISSA CARLIN FURLAN

Representante Suplente

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

MARCO ANTONIO RAMOS DE ALMEIDA

Representante Titular

AUSENTE

NEILÂNDIA MARIS DE ALMEIDA

Representante Suplente

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS

AUSENTE

DÉBORA SANCHES

Representante Titular

AUSENTE

FRANCISCO DE ASSIS COMARU

Representante Suplente

MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

SUELY MANDELBAUM

Representante Titular

AUSENTE

SERGIO PAULO LIVOVSCHI

Representante Suplente

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL

SIMONE FERREIRA GATTI

Representante Titular

AUSENTE

HIGOR RAFAEL DE S. CARVALHO

Representante Suplente

**ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 23/01/2018
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFÍCIO MARTINELLI**

INSTITUTO DE ENGENHARIA

RENATO GOMES DOS REIS
Representante Titular

AUSENTE

MARCOS MOLITERNO
Representante Suplente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO - CUT

AUSENTE

ANATIANA ALVES ROSA
Representante Titular

AUSENTE

MARCELO GONÇALVES
Representante Suplente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO - SECOVI

EDUARDO DELLA MANNA
Representante Titular

JULIANA KALLAS NASSIF
Representante Suplente